

Estratégia Mercosul para gerar Emprego

Introdução

Para ser consequente com as afirmações constantes dos governantes do Mercosul, principalmente do Brasil e da Argentina, de que é preciso direcionar sua construção à melhoria dos padrões sociais, desenvolvimento produtivo, geração de emprego, etc., e para implementar as idéias que constam da Declaração de Ministros de Trabalho de abril de 2004, seriam necessárias algumas medidas políticas e econômicas estruturais a curto prazo:

- mudança das prioridades e eixo das políticas econômicas nacionais – prioridade aos investimentos produtivos e políticas públicas sociais ao invés de aplicação de medidas de ajuste monetário destinadas à estabilidade e caixa para cumprimento com os compromissos da dívida externa;
- subordinação da política de responsabilidade fiscal e metas de estabilidade financeira e monetária do Mercosul ao estabelecimento de metas sociais, definindo-se um patamar básico aceitável a ser cumprido por todos;
- regionalização da política de geração de emprego do Mercosul com a consequente criação de um Fundo de Financiamento que priorize a inversão em projetos e ações produtivas e programas sociais (dentre eles destacando-se o de geração de emprego decente).
- direcionar a política regional para a criação de um mercado de consumo regional, o que implica apoiar a integração de cadeias produtivas com o apoio de fundos de financiamento, reconversão produtiva e profissional
- definição de uma política fiscal e tributária voltada para a melhoria da distribuição de renda e reforçamento da pequena e micro empresa e da agricultura familiar.

Em resumo, recuperar o papel estratégico dos Estados Nacionais na promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e melhoria da distribuição de renda e a adoção de medidas imediatas que permitam a construção de uma Estratégia Mercosul de Geração de Emprego Decente, dentre as quais relacionamos as propostas que seguem.

Estratégia Mercosul

Podemos entendê-la com um conjunto de políticas comuns de amplitude macro e micro econômicas e sociais.

A construção dessa estratégia requer também a definição dos interlocutores, de eixos orientadores e do espaço em que se construirá uma metodologia para a definição de um conjunto de diretrizes a serem aplicadas pelos Estados Parte, para alcançar alguns objetivos fundamentais.

Eixos Orientadores da Estratégia

1. desenvolvimento de uma política ativa de geração de emprego – com definição de medidas concretas e expectativa de resultados;
 - i. medidas de apoio ao desenvolvimento e durabilidade das pequenas e micro empresas (exp.: redução carga fiscal, facilidades de financiamento, etc)
 - ii. políticas específicas para diminuição do desemprego juvenil
2. elevação da formalidade das relações de trabalho (fiscalização e incentivos)
3. melhora da educação geral e da formação profissional, visando a formação contínua e a aquisição de qualificação necessária para inserção no mercado de trabalho;
4. promover o desenvolvimento local através da implementação de projetos e associações com o conjunto de agentes econômicos interessados (economia solidária), em especial com os interlocutores sociais a nível local
5. programas específicos para as mulheres visando melhor acesso ao mercado de trabalho e medidas para promover a igualdade de oportunidades

Espaço de construção da Estratégia de Emprego

Comitê permanente de Emprego

Criação de um Comitê Permanente de Emprego – CPE integrado pelos organismos governamentais e sociais mencionados nesta proposta.

Objetivo

- Elaborar as diretrizes que sirvam de balizamento para as políticas de Emprego dos Estados Parte
- Garantir de maneira permanente o diálogo e a consulta entre o GMC, os organismos governamentais e os interlocutores sociais para facilitar a coordenação das políticas de emprego dos Estados membro.
- Harmonizar os objetivos regionais quanto ao estabelecimento de metas e políticas conjuntas de emprego.

Composição

- Representantes dos Ministros do Trabalho, da Economia, de Planejamento, da Indústria e da Agricultura
- Os coordenadores do GMC

- As organizações econômicas e sociais que integram o FCES
- A coordenação do Observatório do Mercado de Trabalho.
- O GT de Políticas Macroeconômicas
- Secretaria Técnica do Mercosul

Funcionamento

O Comitê se reunirá uma vez ao ano para avaliar o grau de implementação dos Planos Nacional de Ação apresentado pelos Estados Parte e redefinir as Diretrizes recomendar apoio a ações que os Estados tenham dificuldade em cumprir definir e definir as diretrizes para o próximo ano.

Anualmente os Estados Parte informarão ao Comitê de Emprego o nível de acolhimento das Diretrizes, através da apresentação de um Plano Nacional Ação visando a geração de emprego decente e diminuição da informalidade das relações de trabalho.

O CPE elevará a Cumbre de Presidentes de final de ano, sua avaliação sobre o grau de implementação e/ou de dificuldades dos Estados parte em relação às políticas de geração de emprego, bem como as diretrizes para o ano seguinte, para que os mesmos debatam e aprovem.

OBS - Excepcionalmente a primeira reunião do CPE deverá se dar num prazo não maior de dois meses da sua aprovação e na mesma se deverá definir os procedimentos e os prazos para a elaboração das diretrizes para os Estados Parte.

Metodología

A Secretaria do Mercosul, o Observatório do Mercado de Trabalho e o GT de Políticas Macroeconômicas deverão elaborar uma avaliação anual do quadro econômico e produtivo do Mercosul, com base em um conjunto de indicadores macroeconômicos, incluindo entre os mesmos o do emprego e desemprego.

A Secretaria do Mercosul, o Observatório do Mercado de Trabalho e o GT de Políticas Macroeconômicas realizarão um seguimento do grau de aplicação das Diretrizes aprovadas pelo CPE pelos Estados Parte e indicarão ao CPE os graus de dificuldade na aplicação e os ajustes necessários.

Tanto avaliação macroeconômica e produtiva, quanto o relatório do grau de aplicação das diretrizes servirão de base para o debate das diretrizes a serem debatidas e aprovadas pelo CPE.

As diretrizes a serem debatidas e aprovadas pelo CPE serão preparadas pela Secretaria do Mercosul, o Observatório do Mercado de Trabalho e o GT de Políticas Macroeconômicas com base num amplo processo de discussão que envolverá a realização de reuniões com as partes integrantes do Comitê (Estado e sociedade) e o recebimento e análise de propostas de organizações (econômicas, sociais, acadêmicas) e organismos públicos dos países do Mercosul.

São Paulo, 01 de setembro de 2004

Fonte: [Cordinadora de Centrales Sindicais del Cono Sur](#)